



## **JUSTIÇA E DESEMPENHO ACADÊMICO: UM ESTUDO COM PÓS-GRADUANDOS EM TEMPOS DE COVID-19**

Dongoxi Mendes Luimbi [\*]

Edicreia Andrade dos Santos [\*\*]

Flaviano Costa [\*\*\*]

[\*] Mestre em Contabilidade pela UFPR –  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,  
Campus III/UFPR – ORCID:  
<https://orcid.org/0000-0003-0620-6045> –  
E-mail: [dongoximendes@gmail.com](mailto:dongoximendes@gmail.com).

[\*\*] Doutora em Contabilidade pela UFSC  
– Setor de Ciências Sociais Aplicadas,  
Campus III/UFPR – ORCID:  
<https://orcid.org/0000-0001-8745-3579> –  
E-mail: [edicreiaandrade@yahoo.com.br](mailto:edicreiaandrade@yahoo.com.br).

[\*\*\*] Doutor em Contabilidade pela USP –  
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,  
Campus III/UFPR – ORCID:  
<https://orcid.org/0000-0002-4694-618X> –  
E-mail: [flaviano@ufpr.br](mailto:flaviano@ufpr.br).

### **RESUMO**

A justiça acadêmica refere-se às avaliações individuais que os estudantes fazem sobre determinados resultados acadêmicos em forma de notas, procedimentos estabelecidos e relacionamentos desenvolvidos com o professor. Devido ao contexto imposto pela pandemia de Covid-19, os docentes viram-se obrigados a alterar os procedimentos didáticos para melhor adaptação, principalmente para ministrarem suas disciplinas de forma virtual. Em vistas disso, este estudo teve como objetivo investigar qual a percepção de justiça dos pós-graduandos stricto sensu acerca do sistema de avaliação de desempenho e o seu efeito no desempenho acadêmico em tempos de Covid-19. Para tal, aplicou um questionário junto a 120 estudantes de mestrado e doutorado, e cujos dados foram analisados por meio de equações estruturais. Dentre os resultados pode-se inferir que somente a justiça procedimental afetou o desempenho dos estudantes de pós-graduação no período pandêmico. Assim, não foi possível corroborar que as dimensões da justiça distributiva e interacional afetaram o desempenho acadêmico dos pós-graduandos. Porém, estes resultados ensejam outras investigações que abordem esta temática em nível de pós-graduação stricto sensu e não somente em períodos pandêmicos.

**Palavras-chave:** Justiça acadêmica. Sistema de avaliação de desempenho. Pós-Graduação; Covid-19.



## INTRODUÇÃO

Após a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarar o novo Coronavírus (SARS-CoV-2) como pandemia no início de março de 2020 (RIBEIRO et al., 2020; ROBALINO, 2020; SANTOS et al., 2021), várias instituições alteraram as suas políticas de trabalho com intuito de manterem-se ativas mesmo com a situação da Covid-19. No âmbito educacional não foi diferente (ROBALINO, 2020) e, por isso o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou a portaria de n.º 343/2020, a qual autorizou que as aulas fossem realizadas de forma remota no período de isolamento social. Nesse contexto, os docentes viram-se obrigados a alterar o sistema de avaliação de desempenho dos estudantes por motivo de adaptação ao novo cenário acadêmico causada pela pandemia, procurando assim, definir sistemas de avaliação equitativos, justos e que se adequassem a realidade imposta. Porém, nem sempre são assim percebidos pelos estudantes, o que resulta em descrédito gerando insatisfação e comportamentos disfuncionais não desejados e muitas vezes não manifestados.

A justiça tem suas raízes na filosofia, na ciência política e na religião (KONOVSKY, 2000). Ela tem sido investigada em diferentes aplicações e áreas como a organizacional (CONN, 2004); diferenças individuais e avaliação cognitiva (ROBINSON, 2004); comprometimento organizacional (REGO, 2004); avaliação de desempenho (FOLGER; KONOVSKY, 1989; SOTOMAYOR, 2007); e no contexto acadêmico (CHORY-ASSAD, 2002; CHORY-ASSAD; PAULSEL, 2004b)

No contexto acadêmico, a justiça é percebida nas avaliações individuais que os estudantes fazem a respeito de determinado resultado em forma de notas, procedimentos estabelecidos e relacionamentos com o professor (SANTOS JUNIOR; MONTEIRO, 2020). Nessa acepção, os discentes quando percebem que estão sendo injustiçados no processo de avaliação de desempenho tendem a desenvolver atitudes que condicionam maiores aproveitamentos acadêmicos e que, por vezes, são disfuncionais (KOVAČEVIĆ; ZUNIĆ; MIHAILOVIĆ, 2013). Desse modo, coloca-se em risco a formação do estudante por motivo de um sistema de avaliação de desempenho com (in)justiças, cuja finalidade seria verificar se eles estão aprendendo o que está sendo ministrado. No entanto, para o alcance dessa



finalidade, é necessário que os procedimentos e/ou métodos aplicados sejam bem elaborados e aplicados de forma transparente para não ocasionar percepções de injustiças aos avaliados.

Nesse sentido, entende-se como sistema de avaliação de desempenho acadêmico, o conjunto de métodos utilizados pelo docente com intuito de verificar o aprendizado do discente, ou seja, se os estudantes estão aprendendo o que está sendo ministrado (NUHS; TOMIO, 2011). Para tal, é necessário que os métodos adotados sejam aplicados de forma transparente e imparcial, pois isso têm grande influência na percepção de justiça dos alunos (SABINO et al., 2019). O fator justiça é de relevância nesse cenário pois interfere positivamente no aprendizado do aluno e no seu desempenho acadêmico (KOVAČEVIĆ; ZUNIĆ; MIHAILOVIĆ, 2013).

A este respeito, alguns estudos estão sendo desenvolvidos tal como de Horan, Chory e Goodboy (2010) e Sabino et al. (2019). Horan, Chory e Goodboy (2010) buscaram enfatizar a aprendizagem e para tal investigaram as experiências de 138 estudantes de graduação de duas universidades públicas dos Estados Unidos quanto a injustiça acadêmica. Os dados coletados por meio de questionários indicaram que os alunos retratam seus professores como envolvidos em comportamentos injustos. A dimensão da justiça procedimental foi violada com mais frequência do que as dimensões da justiça distributiva e a interacional. As reações comportamentais que os estudantes relataram com maior frequência foram de discordância e conformidade, e as emocionais foram, raiva e frustração. Esses sentimentos desenvolvidos pelos alunos por motivo de injustiça dentro do ambiente acadêmico afetam negativamente seu aprendizado, e desse modo, coloca-se em risco as suas habilidades de aprendizagem.

Com a ênfase no desempenho, Sabino et al. (2019) analisaram a relação entre o desempenho acadêmico de estudantes brasileiros do curso em Ciências Contábeis e sua percepção de justiça. A amostra foi composta por 534 discentes de nove universidades do estado de Minas Gerais. Os dados evidenciaram que a figura do professor apresenta uma associação com a justiça no ambiente de aprendizagem, especificamente na relação entre aluno e professor e na maneira como o cronograma das aulas é organizado.

Nesse sentido, torna-se relevante em contexto de pandemia de Covid-19, a verificação do sistema de avaliação de desempenho acadêmico aplicado pelo corpo docente, visto que tiveram pouco tempo para a alterarem seus métodos de ensino. Nessa conjuntura, pressupõe-se que esta adaptação pode ocasionar situações desfavoráveis que passa pelo entendimento



dos docentes e, isso pode interferir com que algumas atividades acadêmicas não sejam realizadas de forma justa como, por exemplo, didática de aula, procedimentos de interação, avaliação de desempenho dos discentes, entre outras. E quando um desses pontos não é percebido justo pelos estudantes pode afetar negativamente seu desempenho acadêmico (KOVAČEVIĆ; ZUNIĆ; MIHAILOVIĆ, 2013).

Com base no exposto, esta pesquisa visa investigar qual a percepção de justiça dos estudantes de pós-graduação *stricto sensu* acerca do sistema de avaliação de desempenho e o seu efeito no desempenho acadêmico em tempos de Covid-19? O objetivo deste estudo é verificar a percepção de justiça dos pós-graduandos *stricto sensu* sobre o sistema de avaliação de desempenho e o seu efeito no desempenho acadêmico em contexto pandêmico.

Este estudo justifica-se pelo fato dos cursos de pós-graduação em *stricto sensu*, assim como de outros níveis educacionais (básico, fundamental e superior) terem sido impelidos a oferecer suas aulas de modo remoto devido as restrições impostas pelo isolamento social. Ressalta-se que o ensino remoto praticado durante a pandemia está incluso na configuração do ensino a distância (EaD) por ser mediado por tecnologias de informação e comunicação, mas seguindo os princípios da educação presencial (SANTOS et al., 2021). Nesse sentido, torna-se relevante investigar a percepção de justiça acerca do sistema de avaliação de desempenho aplicado neste período, cujos reflexos incidem diretamente no aprendizado e no desempenho acadêmico dos pós-graduandos. Em situação em que o efeito é negativo, ou seja, quando o estudante sente-se injustiçado, pode-se gerar situações irreparáveis no curto e no longo prazo. Desse modo, essa investigação faz-se pertinente pelo fato de a temática impactar significativamente na formação do estudante e por gerar contribuições para planejamentos de sistema de avaliação de desempenho que se adequem a períodos de contingências.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A justiça acadêmica diz respeito aos métodos adotados pelos docentes para conduzir as aulas, às formas de atribuição de notas e o relacionamento entre o professor e o aluno (CHORY-ASSAD, 2002). A justiça é um assunto relevante no meio acadêmico, pelo fato de interferir no processo de aprendizado. Quanto maior a percepção de justiça por parte dos estudantes acerca do sistema de avaliação, maior é a dedicação, o aproveitamento e o desempenho (ÇAGLAR, 2013). Nessa linha, o docente desenvolve um papel imprescindível



para o desempenho dos discentes já que o sistema de avaliação de desempenho é elaborado por eles (RESH; SABBAGH, 2014; PRETSCH et al., 2016).

Nessa dependência, a elaboração de um sistema de avaliação justo e que se adeque com a realidade é peça fundamental para o desempenho dos estudantes. Quando o sistema de avaliação gera percepções de injustiças, os discentes provavelmente desenvolverão comportamentos prejudiciais no que tange à aprendizagem e, conseqüentemente, o aprendizado pode vir a não atingir um nível satisfatório (GORARD, 2012). Nesse sentido, torna-se relevante a verificação dos fatores que interferem para a elaboração de sistema de avaliação de desempenho justo.

Na literatura, embora não haja unanimidade acerca das dimensões que devem ser consideradas em estudos de justiça, seja ela organizacional ou acadêmica, diversos autores analisam-na considerando três dimensões sendo a distributiva, interacional e procedimental (JEON, 2009; DECONINCK, 2010; ÇAGLAR, 2013; SANTOS et al., 2020).

No contexto acadêmico, a justiça distributiva refere-se à percepção de que a distribuição de notas é justa (BERTI; MOLINARI; SPELTINI, 2010). Assim também, as injustiças acadêmicas estão relacionadas, na maioria das vezes, a questões de distribuição de notas (DALBERT, 2004; RESH; SABBAGH, 2014). Isso porque os estudantes avaliam se suas notas são justas quando comparadas com as de seus colegas (CHORY-ASSAD; PAULSEL, 2004b; BERTI; MOLINARI; SPELTINI, 2010). Se a nota obtida não satisfizer à sua expectativa- e também ao esforço dispendido, o discente provavelmente a julgará como injusta (ÇAGLAR, 2013). É esperado que, estudantes que realizam atividades com esforços semelhantes devem obter os mesmos resultados, no entanto, isso nem sempre é constatado. Essa diferença ocasiona insatisfação o que acaba interferindo nos próximos processo avaliativos, ou mesmo para dedicação das aulas e com o curso.

A justiça interacional diz respeito a forma como os docentes e os estudantes se relacionam, pois, esta relação tem um reflexo significativo no ambiente de aprendizagem. A forma como o professor considera a opinião do estudante, escuta suas ponderações e interage com ele, interfere no processo de aprendizagem positivamente ou negativamente (WUBBELS; BREKELMANS, 2005). Logo, percebe-se que, quando o professor trata o estudante de forma insatisfatória, o estudante provavelmente desenvolverá comportamentos prejudiciais ao processo de aprendizagem e, desse modo, o aprendizado pode vir a não atingir



um nível satisfatório (GORARD, 2012). Os estudantes tendem a fazer comparação da forma que são tratados e quando constatarem diferenças de tratamento tendem a se sentir injustiçados. O tratamento desejado pelos estudantes é aquele que é pautado no respeito e de acordo com procedimentos consistentes, imparciais e transparentes (DALBERT, 2004).

Nessa linha, Berti, Molinari e Speltini (2010) chamam atenção para a importância que o diálogo e a comunicação aberta em sala de aula têm para o desenvolvimento do estudante e para seu desenvolvimento acadêmico. Quando é percebida injustiça na comunicação, a motivação e o diálogo dos estudantes também são afetados (BERTI; MOLINARI; SPELTINI, 2010). Um outro efeito de um tratamento injusto é a manifestação de comportamentos agressivos, hostis e de resistência aos pedidos dos docentes (PAULSEL; CHORY-ASSAD, 2005a). E por esse motivo, alguns estudantes acabam se restringindo, ou mesmo se intimidando em situações de dúvidas a respeito de assuntos não compreendidos em sala de aula, visto que serão tratados ou respondidos de forma indiferente. Com isso, estes assuntos acabam não sendo bem entendidos não por falta de interesse do estudante, mas sim, pela forma que o professor é receptivo com o estudante. Nesse sentido, torna-se relevante que os docentes cultivem uma boa comunicação com os discentes, pois em caso contrário pode-se refletir negativamente no aprendizado.

A justiça procedimental também descrita como processual, refere-se aos procedimentos e/ou critérios utilizados pelo professor na avaliação e atribuição de notas. Um exemplo dessa situação é de quando um professor vale-se de critérios ambíguos e incongruentes para avaliar os trabalhos desenvolvidos pelos alunos (CHORY-ASSAD; PAULSEL, 2004b, SANTOS et al., 2020). O professor pode fazer uso de parâmetros para atribuição de notas como a frequência, o comportamento, as tarefas e a pontuação obtida nos exames, contudo, o aluno pode compreender como justos ou injustos esses procedimentos de avaliação (SANTOS et al., 2020).

Desempenho acadêmico é atribuído ao esforço pessoal, e um mau desempenho pode indicar uma falta de motivação ou capacidade (WEINER; KUKLA, 1970) que pode estar relacionada com o sistema de avaliação de desempenho. Há evidências empíricas que respaldam que, quanto mais os estudantes percebem o tratamento justo dos docentes para com eles, melhor é o desempenho acadêmico desses estudantes (PETER et al., 2012). Nessa direção, infere-se que há uma relação positiva entre a percepção de justiça e o desempenho



acadêmico (KOVAČEVIĆ; ZUNIĆ; MIHAILOVIĆ, 2013). A este respeito, alguns autores investigaram a relação entre percepção de justiça e o desempenho acadêmico (ÇAGLAR, 2013; SIMIL, 2016; SABINO et al., 2019; SANTOS et al., 2020; COLARES; MIRANDA, 2020).

Çaglar (2013) investigou o nível de alienação dos alunos e a relação desses níveis com as percepções de um ambiente de aprendizagem justo. Participaram do estudo 952 estudantes de graduação da Turquia. Os resultados revelaram que as percepções de justiça e os níveis de alienação dos estudantes divergiram significativamente. De modo geral, o autor concluiu que a percepção de justiça é um preditor significativo dos sentimentos de alienação, ou seja, os estudantes quando são injustiçados tendem a desenvolver comportamentos que não contribuem para o aprendizado.

Símil (2016) analisou a relação entre a confiança que pós-graduandos brasileiros de cursos de *stricto sensu* em Ciências Contábeis depositam em seus docentes e suas percepções de justiça no ambiente de aprendizagem. O estudo obteve respostas de 222 discentes de programas de mestrado e de doutorado, distribuídos em 17 instituições de ensino. Constatou-se que a intensidade e a frequência da interação entre docentes e discentes são determinantes para a percepção de justiça.

Santos et al. (2020) analisaram a relação entre a percepção de justiça e a desonestidade acadêmica de 451 graduandos de Ciências Contábeis. Os achados mostraram que as três dimensões de justiça acadêmica (distributiva, procedimental e interacional) possuem significância estatística e exercem assim, influências na desonestidade acadêmica. Também sugerem que a desonestidade acadêmica pode ser uma maneira de os discentes compensarem a injustiça percebida no ambiente acadêmico. Dessa forma, na presença de injustiça, a desonestidade tende a ser manifestada, podendo ser uma forma de o aluno atenuar as injustiças distributiva, procedimental e interacional.

Colares e Miranda (2020) analisaram a relação entre as corrupções acadêmicas e a percepção de justiça dos graduandos em Ciências Contábeis no período de Ensino Remoto Emergencial ofertado no início das restrições da pandemia da Covid-19. A amostra foi composta por 200 graduandos de Ciências Contábeis. Os resultados indicam que o gênero feminino e os estudantes que apresentam bom desempenho acadêmico possuem uma maior percepção de justiça, sendo que os alunos que julgam consultas às fontes externas como atos



de corrupção tendem a avaliar como mais injusto os fins alcançados durante o ensino remoto. Ademais, a pesquisa também destaca uma reflexão das formas de avaliação do ensino superior, as quais poderiam ser mais focadas em aprendizagem por meio de projetos aplicados ao invés de provas que demandam mais conhecimento teórico.

Adicionalmente, comenta-se também o estudo de Santos et al. (2021) que investigaram as experiências dos graduandos de Ciências Contábeis com o ensino remoto implementado por uma instituição de ensino superior federal da região centro-oeste brasileira durante a pandemia da SARS-CoV-2. A amostra compreendeu 102 alunos, que responderam a um questionário com perguntas fechadas e abertas. Os resultados evidenciaram que é preciso que os docentes busquem diferentes metodologias de ensino e distintas tecnologias de informação e comunicação para reproduzir uma aula interativa em um ambiente virtual de aprendizagem e para que o aluno tenha maior interesse e satisfação. Logo, compreende-se que, não se pode esperar desempenho significativo dos discentes quando os sistemas de avaliação de desempenho geram percepção de injustiças. Esse fator interfere negativamente no desempenho acadêmico, ocasionando assim situações desconfortáveis para o aprendiz. Desse modo, torna-se relevante verificar a percepção de justiça sobre o sistema de avaliação de desempenho aplicado pelos docentes no período da pandemia da Covid-19. Com base no contexto apresentado evidencia-se a hipótese de pesquisa:

**H<sub>1</sub>:** As dimensões da justiça (a) distributiva, (b) interacional e (c) procedimental afetam positivamente o desempenho acadêmico dos pós-graduandos.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, de natureza descritiva, quantitativa, realizada por meio de uma *survey* (BRYMAN, 2008), buscou investigar a percepção de justiça dos pós-graduandos do nível de *stricto sensu* acerca do sistema de avaliação de desempenho acadêmico aplicado pelos docentes em período de Covid-19. A população portanto compreendeu os estudantes de pós-graduação *stricto sensu* devidamente matriculados. Para a composição da amostra, o contato com os respondentes se deu por meio de *e-mail* com as secretarias dos programas de pós-graduação as quais encaminharam aos seus estudantes no decorrer do mês de março de 2021. A amostra final foi composta por 120 respondentes.



Para a coleta de dados utilizou-se de um questionário dividido em duas partes. A parte I foi composta de questões a respeito das variáveis pessoais e acadêmicas do respondente com intuito de conhecer as características dos participantes. A parte II foi constituída de perguntas a respeito do entendimento de justiça organizacional e desempenho acadêmico conforme descrito na Tabela 1.

**TABELA 1** - Instrumento da pesquisa

Dimensões	Questões	Referência
Justiça Distributiva (JD)	1) Você tem acesso as notas das provas e avaliações realizadas.	Sabino et al. (2019); Santos et al. (2020)
	2) Sente-se injustiçado quando compara as notas das provas e avaliações com as dos seus colegas.	
	3) Em caso de reclamações elas são ouvidas pelo professor.	
Justiça Procedimental (JP)	4) Você considera adequado o plano de ensino de aula utilizado pelos professores neste período de Covid-19	Sabino et al. (2019); Santos et al. (2020)
	5) A forma como os seus professores ministram as aulas contribuem significativamente para o aprendizado das aulas via remoto.	
	6) Você considera adequado os procedimentos utilizados pelos seus professores para realização das atividades acadêmicas via remoto.	
	7) Você considera adequado os procedimentos utilizados pelos seus professores para realização das provas e/ou atividades de avaliação via remoto.	
	8) Você considera justo os procedimentos de correção das atividades acadêmicas utilizadas pelos professores	
Justiça Interacional (JI)	9) Você considera justo os níveis de atividades exigidos pelos professores fora do período de aula.	Sabino et al. (2019); Santos et al. (2020)
	10) Você considera coerente os métodos de falta/perda de avaliações no ambiente remoto.	
	11) O tratamento dado pelos seus professores durante a aula via remoto permite construir uma boa relação interpessoal entre o professor-aluno.	
	12) Você nota que alguns colegas têm tratamento diferenciado em relação aos outros seus alunos durante a aula via remoto.	
	13) Você se sente intimidado pelos seus professores em sala de aula via remoto.	
Desempenho Acadêmico (DA)	14) Você já se sentiu intimidado com o seu professor ao ponto de não conseguir fazer perguntas em sala de aula	Sabino et al. (2019); Santos et al. (2020)
	15) O seu professor procede-se com educação aos alunos durante as aulas ou apresentação de trabalho.	
	16) Você considera que as aulas via remoto afetaram o seu desempenho acadêmico.	
	17) Você considera que os procedimentos didáticos que estão sendo utilizados pelos professores não têm contribuído para manter bom desempenho acadêmico neste período de aula via remoto.	
	18) Você considera que a percepção de injustiça sobre os procedimentos didáticos utilizados pelo seu professor neste período de covid-19 afetou significativamente o seu desempenho acadêmico.	Sabino et al. (2019); Santos et al. (2020)
	19) Como você considera o seu desempenho acadêmico neste período de aula via remoto: (5) excelente; (4) bom ou (1) mal.	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Todos os construtos do instrumento foram mensurados por meio de itens múltiplos, com assertivas retiradas ou adaptadas de estudos anteriores. Para tal, foi solicitado aos



respondentes indicar seu grau de concordância com as assertivas considerando como opções de respostas a escala tipo *Likert* de 5 pontos de (1) Totalmente inválida a (5) Totalmente válida. O instrumento apresentou questões para controle das características demográficas, como gênero, idade, nome da instituição, período de matrícula, grau acadêmico. Ressalta-se que antes da aplicação do instrumento de pesquisa em sua versão final, realizou-se o procedimento de *back-translation* (BRISLIN, 1970), e de um pré-teste junto a três doutorandos que não compuseram a amostra final e de dois professores de disciplinas em nível de mestrado e doutorado. Foram assegurados o anonimato e as condições de guarda dos dados, sem identificação dos respondentes, bem como demais preceitos éticos de condução da pesquisa, conforme Termo de Consentimento e Livre Escolha, que todos os participantes consentiram para a participação na pesquisa.

Para testar as relações foi utilizada a técnica de modelagem de equações estruturais (*SEM – Structural Equation Modeling*) estimada a partir dos Mínimos Quadrados Parciais (PLS). Por meio do *software SmartPLS* versão 3, determinaram-se o algoritmo PLS (que avalia o modelo de mensuração), o *bootstrapping* e o *blindfolding*. Para confirmar a confiabilidade os construtos devem apresentar índices de alfa de *Cronbach* e confiabilidade composta superiores a 0,70 (HAIR JR. et al., 2016); para a validade convergente é necessário que a variância média extraída (*Average Variance Extracted – AVE*) seja superior a 0,50 (HAIR JR. et al., 2016) e para a validade discriminante o critério Fornell e Larcker seja atendido. Para verificar as relações entre os construtos e a acurácia do modelo estrutural aplicaram-se as técnicas *bootstrapping* e *blindfolding* (HAIR JR. et al., 2016).

## RESULTADOS DA PESQUISA

### Perfil dos respondentes

Os dados de perfil dos respondentes estão evidenciados na Tabela 2.

TABELA 2 - Perfil dos respondentes

<u>Gênero</u>	<u>N</u>	<u>(%)</u>	<u>Faixa etária</u>	<u>N</u>	<u>(%)</u>
Feminino	67	55,84	Até 25 anos	10	8,33
Masculino	53	44,16	De 25 a 30 anos	35	29,17
			Acima de 31 anos	75	62,5
Total	120	100	Total	120	100
<u>Período de Matrícula</u>	<u>N</u>	<u>(%)</u>	<u>Grau</u>	<u>N</u>	<u>(%)</u>
1º Semestre de 2019	16	13,33	Mestrando - Acadêmico	68	56,66
2º Semestre de 2019	19	15,83	Mestrado - Profissional	8	6,67
1º Semestre de 2020	44	36,67	Doutorado - Acadêmico	44	36,67
2º Semestre de 2020	41	34,17			



Total	120	100	Total	120	100
<b>Unidade Federativa</b>	<b>N</b>	<b>(%)</b>	<b>Natureza da Instituição</b>	<b>N</b>	<b>(%)</b>
Santa Catarina	54	45,02	Pública	100	83,33
Paraná	25	20,83	Comunitária	11	9,17
Rio Grande do Sul	16	13,33	Privada	9	7,5
São Paulo	15	12,5			
Paraíba	3	2,5			
Bahia	3	2,5			
Espirito Santi	1	0,83			
Minas gerais	1	0,83			
Tocantins	1	0,83			
Rondônia	1	0,83			
Total	120	100	Total	120	100

Fonte: Dados da Pesquisa.

De acordo com os dados da Tabela 1, percebe-se que dos respondentes, 55,84% são do gênero feminino e 44,16% do gênero masculino. Vale ressaltar a diferença no número dos respondentes tendo as mulheres como maioria, o que permite inferir que elas estão buscando igualdade de gênero na academia, mesmo que a passos lentos (SILVA; PRESTES, 2018).

Em relação a idade, 8,33% corresponde os respondentes de até 25 anos de idade e, 29,17% refere-se aos de 26 a 30 anos, entretanto, a maior parte dos participantes estão acima de 31 anos, o que equivale a (62,50%). Quanto ao grau acadêmico dos respondentes, 6,67% estão cursando mestrado profissional, 36,67% cursam doutorado e, 56,67% cursam mestrado acadêmico. Dos 102 participantes, a maioria deles realizaram as suas matriculas no período de 2020, sendo que 36,67% fizeram no primeiro semestre e 34,17% no segundo semestre.

### Equações Estruturais

Para o tratamento dos dados utilizou-se da PLS-SEM realizada em 2 etapas. Na primeira, explorou-se o modelo de mensuração, que analisa os critérios de validade (discriminante e convergente) e confiabilidade, com vistas a atestar as medidas dos construtos (HAIR JR. et al., 2016).

**TABELA 3** - Modelo de mensuração

Validade e confiabilidade				Validade Discriminante				
	Alfa de Cronbach	Confiabilidade composta	AVE		DA	JD	JI	JP
<b>DA</b>	0,700	0,869	0,768	<b>DA</b>	0,877			
<b>JD</b>	0,512	0,780	0,647	<b>JD</b>	0,479	0,805		
<b>JI</b>	0,537	0,810	0,681	<b>JI</b>	0,506	0,461	0,825	
<b>JP</b>	0,910	0,929	0,654	<b>JP</b>	0,753	0,633	0,636	0,808

Fonte: Dados da Pesquisa.



De acordo com a Tabela 3, os valores do alfa de *Cronbach* do desempenho acadêmico e a dimensão justiça procedimental são maiores que 0,70, atentando-se assim a confiabilidade do modelo e assegurando que as respostas dos pós-graduandos não apresentam vieses (HAIR JR. et al., 2016). Porém, as dimensões da justiça distributiva e interpessoal tiveram alfa abaixo do indicado, mas foram considerados aceitos na pesquisa pelo fato da adaptação do instrumento para os tempos de Covid-19.

A validade convergente do modelo foi atendida, visto que a AVE dos construtos está acima do recomendado que é de 0,50 (HAIR JR. et al., 2016). A validade discriminante realizada pelo critério de Fornell e Larcker, também foi aceita pois os critérios evidenciaram o quanto os construtos são distintos entre si.

Vale salientar que, para a validação do modelo de mensuração foram excluídas alguns itens tais como: JD 2 (você tem acesso as notas das provas e avaliações realizadas); JD2 (você se sente injustiçado quando compara as notas das provas e avaliações com as dos seus colegas); JD3 (em caso de reclamações elas são ouvidas pelo professor); DA1 (você considera que os procedimentos didáticos que estão sendo utilizados pelos docentes não têm contribuído para manter bom desempenho acadêmico neste período de aula via remoto) e DA3 (como você considera o seu desempenho acadêmico neste período de aula via remoto: excelente; bom ou mal).

A segunda etapa da técnica de modelagem de equações estruturais aplicada, foi o modelo estrutural o qual permite testar as hipóteses e verificar as relações entre os construtos (HAIR JR. et al., 2016). Para tal, executou-se a técnica *bootstrapping*, tendo como parâmetro 2.000 subamostras e interações, intervalo de confiança com enviesamento corrigido e acelerado e teste ao nível de significância de 5% (HAIR JR. et al., 2016). Adicionalmente, determinou-se por meio da técnica blindfolding a validação preditiva do modelo indicado pelo coeficiente de determinação de Pearson ( $R^2$ ) e observou-se a Relevância Preditiva pelo indicador de Stone-Geisser ( $Q^2$ ). Na Tabela 4 apresentam-se as relações entre os construtos.

**TABELA 4** - Coeficientes de caminho e relações estruturais

Relações	$\beta$	Valor t	Valor p	Hipóteses
Justiça distributiva -> Desempenho Acadêmico	0,000	0,001	0,500	H1a
Justiça Interacional -> Desempenho Acadêmico	0,047	0,537	0,296	H1b
Justiça Procedimental -> Desempenho Acadêmico	0,723	7,716	0,000*	H1c



Nota: \* sig a 1%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Observa-se na Tabela 4, que a H1c foi a única das três hipóteses corroborada da pesquisa. A H1c sustenta que a justiça procedimental afeta de forma estatisticamente significativa o desempenho acadêmico. A justiça procedimental refere-se aos procedimentos estabelecidos pelo professor na distribuição de notas da disciplina. Com isso, evidencia-se que, os estudantes de pós-graduação percebem-se injustiçados pelos métodos de distribuição de notas adotados pelos docentes neste contexto de aulas remotas usados devido as restrições oriundas da pandemia de Covid-19. Esse sentimento pode afetar negativamente no aprendizado dos estudantes, visto que eles tendem a desenvolver atitudes que condicionam maior aproveitamento acadêmico e, uma delas é a desonestidade acadêmica (KOVAČEVIĆ, ZUNIĆ; MIHAILOVIĆ, 2013). Ademais, esse sentimento de injustiça pode ocasionar falta de comprometimento acadêmico o que refletirá na formação do estudante e por consequência na qualidade dos indicadores do programa.

### **Discussões dos resultados**

Conforme os resultados obtidos da pesquisa constatou-se que a justiça distributiva percebida não afeta de forma positiva e estatisticamente significativa o desempenho acadêmico dos pós-graduandos em tempos de Covid-19. Estes resultados permitem pressupor que em tempos de Covid-19, os estudantes acabam não tendo uma rotina constante de diálogo fora da aula virtual onde questões de notas poderiam ser abordados. Fora desse cenário, fica difícil os estudantes evidenciarem se as notas obtidas são justas ou injustas já que não há uma base de comparação com as dos colegas; com a nota que esperavam receber; ou com a que consideram merecer (CHORY-ASSAD; PAULSEL, 2004b; SANTOS et al., 2020).

Os resultados também não confirmaram que a justiça interacional afeta de forma positiva e estatisticamente significativa o desempenho acadêmico dos pós-graduandos. A justiça interacional refere-se à percepção de justiça no tratamento do docente para com os discentes nas suas relações interpessoais e na comunicação existente entre eles (CHORY-ASSAD; PAULSEL, 2004a; SANTOS et al., 2020). Com isso, depreende-se que a falta de aplicação de metodologias e/ou instrumentos adequados em tempos de restrições (como os pandêmicos) ocasiona barreiras para que haja maior interação entre docentes e discentes.



Assim, pressupõe-se que a falta de ferramentas tecnológicas de ensino que se adequem a estas contingências é resultado de que o mundo não estava preparado para o enfrentamento da pandemia (Covid-19). Por isso, torna-se imprescindível que os docentes considerem no momento de elaboração de suas aulas as limitações geradas por períodos de restrições (de isolamento, de recursos, etc.), pois se assim não for, pode-se ocasionar problemas educacionais na formação do estudante, visto que a forma como os professores-alunos interage tem reflexo na construção de um ambiente de aprendizagem, na promoção de comportamentos positivos e na motivação dos estudantes (SANTOS et al., 2020).

O resultado da H1b diverge, portanto, dos achados de Símil (2016), que concluiu que a intensidade e a frequência da interação entre docentes e estudantes são determinantes para a percepção de justiça dos discentes. E considerando o contexto das aulas (via remoto em tempo de covid-19), torna-se necessário que os docentes cultivem uma boa relação com os discentes de maneira a estimulá-los ao aprendizado em período com poucas alternativas de ensino. Berti, Molinari e Speltini (2010) reforçam a importância de ser cultivado o diálogo e a comunicação aberta em sala de aula. Pois, quando a comunicação é injusta a motivação dos estudantes também são afetados (BERTI; MOLINARI; SPELTINI, 2010). E por esse motivo, alguns estudantes acabam se restringindo, ou mesmo se intimidando em situações de dúvidas. Diante disso, torna-se relevante os docentes cultivarem uma boa comunicação com os estudantes, pois uma comunicação deficiente entre o professor e o estudante interfere negativamente no aprendizado (PAULSEL; CHORY-ASSAD, 2005a).

A H1c que propôs que a justiça procedimental afeta positivamente a desempenho acadêmico, foi estatisticamente confirmada. A justiça procedimental está relacionada ao estabelecimento dos critérios de notas, e pelos quais os docentes podem fazer uso de diferentes aspectos como parâmetros tal como a frequência, o comportamento, as tarefas e a pontuação auferida nos exames (SANTOS et al., 2020). Desse modo, infere-se que por estarem em aulas remotas, em sua maioria síncronas, os docentes buscaram variar os parâmetros para atribuição de notas considerando a participação dos discentes no decorrer das aulas, as entregas de atividades realizadas sob diferentes e, por vezes, inovadoras formas como, por exemplo, gravações de vídeos, podcasts, etc. Assim, confirma-se que quando os docentes tratam seus estudantes com respeito e dignidade, utilizam procedimentos neutros e



imparciais na tomada de decisão e de igual forma com todos, evidenciando preocupação com as necessidades e direitos individuais, eles percebem maior justiça procedimental.

## CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo verificar a percepção de justiça dos pós-graduandos *stricto sensu* acerca do sistema de avaliação de desempenho e o seu efeito no desempenho acadêmico em tempos de Covid-19. Foram avaliadas as percepções de 120 alunos de diversas universidades brasileiras e cujos dados foram tratados por meio de equações estruturais.

Os resultados desta pesquisa permitem inferir que somente a justiça procedimental afetou o desempenho dos estudantes de pós-graduação no período pandêmico. Assim, não foi possível corroborar as hipóteses de que as dimensões da justiça distributiva e interacional afetam o desempenho acadêmico dos pós-graduandos, ou seja, não foram encontradas significâncias estatísticas entre as relações. Ademais, contribui também como meio de base para elaboração de procedimentos didáticos e metodológicos que se adequem em tempos de Covid-19 ou de outras contingências semelhantes, pois a falta de tempo de preparação fez com que alguns procedimentos de ensinos utilizados em aula presencial fossem usados em aulas remotas o que não é tão coerente, pois são contextos diferentes conforme também apresentado por Santos et al. (2021).

A realização desta pesquisa teve algumas limitações sendo a principal o fato de que a maioria dos estudantes que constituem a amostra estão vinculadas em universidades públicas. Isso implica refletir que a diferença entre universidades públicas e privadas, pode ter interferido também na percepção de justiça acadêmica. Conforme Santos et al. (2021) é válido observar também que esta pesquisa tem a limitação do aspecto temporal, dado que a coleta de dados se deu durante a ocorrência da pandemia e no transcorrer do ensino remoto pelas instituições de ensino, tempestivamente aos fatos, mas talvez sem o distanciamento necessário que a investigação científica requer. Logo, os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados. Assim, como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se ampliar a amostra da pesquisa de modo a incluir estudantes vinculados as instituições privadas, visto que estes podem ter uma percepção diferenciada. Ademais, é interessante observar outros fatores e/ou circunstâncias contingenciais que possam afetar a oferta do ensino presencial e de como os alunos percebem os reflexos de tais situações.



## REFERÊNCIAS

BERTI, Chiara; MOLINARI, Luísa; SPELTINI, Giuseppina. Classroom justice and psychological engagement: Students' and teachers' representations. **Social psychology of education**, v. 13, n. 4, p. 541-556, 2010.

BRISLIN, Richard W. Back-translation for cross-cultural research. **Journal of cross-cultural psychology**, v. 1, n. 3, p. 185-216, 1970.

BRYMAN, Alan. **Social research methods**. 4th ed. 2012.

ÇAGLAR, Caglar. The Relationship between the Perceptions of the Fairness of the Learning Environment and the Level of Alienation. **Eurasian Journal of Educational Research**, v. 50, p. 185-206, 2013.

CONN, Sallee J. **Across the miles: exploring the relationship between perceptions of trust and perceptions of organizational justice in a geographically dispersed organization**. Gonzaga University, 2004.

CHORY-ASSAD, Rebecca M. Classroom justice: Perceptions of fairness as a predictor of student motivation, learning, and aggression. **Communication Quarterly**, v. 50, n. 1, p. 58-77, 2002.

CHORY-ASSAD, Rebecca M.; PAULSEL, Michelle L. Antisocial classroom communication: Instructor influence and interactional justice as predictors of student aggression. **Communication Quarterly**, v. 52, n. 2, p. 98-114, 2004a.

CHORY-ASSAD, Rebecca M.; PAULSEL, Michelle L. Classroom justice: Student aggression and resistance as reactions to perceived unfairness. **Communication Education**, v. 53, n. 3, p. 253-273, 2004b.

COLARES, Ana Carolina Vasconcelos; MIRANDA, Lidiane Tereza Fagundes. Corrupção no ensino remoto na educação superior durante a pandemia do covid-19 e a percepção de justiça dos alunos. **Pensar Acadêmico**, v. 19, n. 5, p. 1333-1358, 2021.

DALBERT, Claudia. **The implications and functions of just and unjust experiences in school**. In: The justice motive in adolescence and young adulthood. Routledge, 2004. p. 131-148.

DECONINCK, James B. The effect of organizational justice, perceived organizational support, and perceived supervisor support on marketing employees' level of trust. **Journal of business research**, v. 63, n. 12, p. 1349-1355, 2010.

FOLGER, Robert; KONOVSKY, Mary A. Effects of procedural and distributive justice on reactions to pay raise decisions. **Academy of Management journal**, v. 32, n. 1, p. 115-130, 1989.



GORARD, Stephen. Experiencing fairness at school: An international study. **International Journal of Educational Research**, v. 53, p. 127-137, 2012.

HAIR JR. Joseph F., et al. **A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM)**. Thousand Oaks: Sage. 2016.

HORAN, Sean M.; CHORY, Rebecca M.; GOODBOY, Alan K. Understanding students' classroom justice experiences and responses. **Communication Education**, v. 59, n. 4, p. 453-474, 2010.

JEON, Jeong-Ho. **The impact of organizational justice and job security on organizational commitment exploring the mediating effect of trust in top management**. University of Minnesota, 2009.

KONOVSKY, Mary A. Understanding procedural justice and its impact on business organizations. **Journal of management**, v. 26, n. 3, p. 489-511, 2000.

KOVAČEVIĆ, Ivana; ZUNIĆ, Predrag; MIHAILOVIĆ, Dobrivoje. Concept of Organizational Justice in the Context of Academic Achievement. **Management**, v. 18, n. 69, 2013.

NUHS, Aline Cristiane; TOMIO, Daniela. A prova escrita como instrumento de avaliação da aprendizagem do aluno de Ciências. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 22, n. 49, p. 259-284, 2011.

PAULSEL, Michelle L.; CHORY-ASSAD, Rebecca M. Perceptions of instructor interactional justice as a predictor of student resistance. **Communication Research Reports**, v. 22, n. 4, p. 283-291, 2005.

PAULSEL, Michelle L.; CHORY-ASSAD, Rebecca M.; DUNLEAVY, Katie N. The relationship between student perceptions of instructor power and classroom justice. **Communication Research Reports**, v. 22, n. 3, p. 207-215, 2005.

PETER, Felix et al. Belief in a just world, teacher justice, and student achievement: A multilevel study. **Learning and Individual Differences**, v. 22, n. 1, p. 55-63, 2012.

PRETSCH, Johanna et al. Injustice in school and students' emotions, well-being, and behavior: A longitudinal study. **Social Justice Research**, v. 29, n. 1, p. 119-138, 2016.

REGO, Arménio; SOUTO, Solange. A percepção de justiça como antecedente do comprometimento organizacional: um estudo luso-brasileiro. **Revista de administração contemporânea**, v. 8, p. 151-177, 2004.

RESH, Nura; SABBAGH, Clara. Sense of justice in school and civic attitudes. **Social Psychology of Education**, v. 17, n. 1, p. 51-72, 2014.



RIBEIRO, Flávia de Oliveira et al. Ações dos Tribunais de Contas no enfrentamento dos efeitos do coronavírus. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1402-1416, 2020.

ROBALINO, Magaly. Tempo de pandemia, tempo de desigualdades. direito à educação e ao trabalho docente no Equador. **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 29, n. 3, 2020.

ROBINSON, Karen L. **The impact of individual differences on the relationship between employee perceptions of organizational justice and organizational outcome variables**. Alliant International University, San Diego, 2004.

SABINO, Karla Luisa Costa et al. Influência do desempenho acadêmico na percepção de justiça no ambiente de aprendizagem. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 13, n. 4, 2019.

SANTOS, Débora et al. Justiça e desonestidade acadêmica: um estudo com estudantes do curso de ciências contábeis. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 17, n. 44, p. 71-86, 2020.

SANTOS JUNIOR, Verissimo Barros; MONTEIRO, Jean Carlos S. Educação e covid-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. **Revista Encantar**, v. 2, p. 01-15, 2020.

SANTOS, Edicreia Andrade et al. Experiências com o Ensino Remoto e os Efeitos no Interesse e na Satisfação dos Estudantes de Ciências Contábeis Durante a Pandemia da Sars-Cov-2. **Revista Gestão Organizacional**, v. 14, n. 1, p. 356-377, 2021.

SILVA, Shirleide Karla; PRESTES, Emília Maria T. Igualdade de gênero no ensino superior: avanços e desafios. **Revista Temas em Educação**, v. 27, n. 2, p. 191, 2018.

SIMIL, Andre S. **A confiança como fator de influência da percepção de justiça no ambiente de aprendizagem**. 2016. Disponível. <https://cepcon.face.ufmg.br/cursos/mestrado/dissertacoes/category/49-2016.html>. Acesso em 21 de jan. 2021.

SOTOMAYOR, Ana Maria da Silva Barbosa Avaliação de desempenho e compromisso organizacional: a perspectiva da justiça organizacional. **Revista Universo Contábil**, v. 3, n. 3, p. 87-100, 2007.

WEINER, Bernard; KUKLA, Andy. An attributional analysis of achievement motivation. **Journal of personality and Social Psychology**, v. 15, n. 1, p. 1, 1970.

WUBBELS, Theo; BREKELMANS, Mieke. Two decades of research on teacher–student relationships in class. **International journal of educational research**, v. 43, n. 1-2, p. 6-24, 2005.



## **JUSTICE AND ACADEMIC PERFORMANCE: A STUDY WITH GRADUATES IN THE TIME OF COVID-19**

### **ABSTRACT**

Academic fairness refers to the individual assessments that students make of certain academic outcomes in the form of grades, established procedures, and developed relationships with the professor. Due to the context imposed by the Covid-19 pandemic, professors were forced to change didactic procedures for better adaptation, mainly to teach their subjects virtually. In view of this, this study purpose to investigate the perception of fairness of *stricto sensu* graduate students about the performance evaluation system and its effect on academic performance in times of Covid-19. To this end, a questionnaire was applied to 120 master's and doctoral students, whose data were analyzed using structural equations. Among the results, it can be inferred that only procedural justice affected the performance of graduate students in the pandemic period. Thus, it was not possible to corroborate that the dimensions of distributive and interpersonal justice affected the academic performance of graduate students. However, these results give rise to other investigations that address this issue at the *stricto sensu* postgraduate level and not only in pandemic periods.

**Keywords:** Academic justice. Performance evaluation system. Covid-19.

## **JUSTICIA Y RENDIMIENTO ACADÉMICO: UN ESTUDIO CON GRADUADOS EN TIEMPOS DE COVID-19**

### **RESUMEN**

La equidad académica se refiere a las evaluaciones individuales que los estudiantes hacen de ciertos resultados académicos en forma de calificaciones, procedimientos establecidos y relaciones desarrolladas con el profesor. Debido al contexto impuesto por la pandemia del Covid-19, los profesores se vieron obligados a cambiar los procedimientos didácticos para una mejor adaptación, principalmente para impartir sus materias de manera virtual. Frente a eso, este estudio tuvo como objetivo investigar la percepción de equidad de los estudiantes de posgrado *stricto sensu* sobre el sistema de evaluación del desempeño y su efecto en el rendimiento académico en tiempos de Covid-19. Para ello, se aplicó un cuestionario a 120 estudiantes de maestría y doctorado, cuyos datos fueron analizados mediante ecuaciones estructurales. Entre los resultados, se puede inferir que solo la justicia procesal afectó el desempeño de los estudiantes de posgrado en el período de la pandemia. Así, no fue posible corroborar que las dimensiones de justicia distributiva e interpersonal afectaran el rendimiento académico de los estudiantes de posgrado. Sin embargo, estos resultados dan pie a otras investigaciones que abordan este tema a nivel de posgrados *stricto sensu* y no solo en periodos de pandemia.

**Palabras clave:** Justicia académica. Sistema de evaluación del desempeño. COVID-19.

---

Submetido em: 02 de novembro de 2022.

Aprovado em: novembro de 2022.

Publicado em: dezembro de 2022.